

Working Paper CEsA CSG 159 / 2017

Roma Antiga – Uma Perspetiva de Análise¹

Maria Sousa GALITO

Resumo

As origens dos romanos eram conflituosas e a Monarquia sofreu um golpe de Estado violento. Uma República autodestrutiva com regime bipartidário e eleições anuais altamente competitivas, abriu portas ao populismo, nada mais do que fumo do fogo da rivalidade entre optimates e populares.

Palavras-Chave Monarquia, República, populismo, tribunos da plebe.

¹ *Proceedings – Academic paper published in the context of the academic conference: **Populismo – As Suas Expressões**, Faculdade de Letras, sala 2.13. Organização NEPUL – Núcleo de Estudos Políticos da Universidade de Lisboa, 23 Maio 2017, 16h45-17h30, “Populismo: Lições da República Romana”.*

WORKING PAPER

/ DOCUMENTO DE TRABALHO

*O CEsA não confirma nem infirma
quaisquer opiniões expressas pelos autores
nos documentos que edita.*

O CEsA - Centro de Estudos sobre África, Ásia e América Latina é um centro de investigação que se tem dedicado ao estudo do desenvolvimento económico, social e cultural dos países em desenvolvimento da África, Ásia e América Latina, com especial ênfase no estudo dos países de língua oficial portuguesa, China e Ásia-Pacífico. Além disso, promove a investigação noutros tópicos, teóricos e aplicados, dos estudos de desenvolvimento noutras regiões, tentando promover uma abordagem multidisciplinar e uma interligação permanente entre os aspetos teóricos e aplicados da investigação.

O CEsA está atualmente integrado no CSG - Investigação em Ciências Sociais e Gestão, um consórcio de I&D criado em 2013 no ISEG por quatro dos seus centros de investigação - ADVANCE, CEsA, GHES e SOCIUS. Classificado como “Excelente” no âmbito do último processo de Avaliação de Unidades de I&D promovido pela FCT, o CSG conta com mais de 200 investigadores, incluindo professores do ISEG, docentes de outras escolas, investigadores independentes, bolseiros de pós-doutoramento e estudantes de doutoramento. As atividades do CSG fornecem um enquadramento de alto nível para a investigação e o ensino, tanto a nível nacional como internacional.

O CEsA participa ativamente nas atividades de ensino do ISEG, nomeadamente, no Mestrado em Desenvolvimento e Cooperação Internacional e no Doutoramento em Estudos de Desenvolvimento / *Development Studies*, fundamentalmente a dois níveis: através do apoio que dá a esses cursos e da lecionação, pelos seus membros, de várias unidades curriculares, bem como da supervisão de teses e dissertações finais dos alunos. Organiza, igualmente, seminários e conferências ao longo de cada ano letivo, separadamente ou em colaboração com o Mestrado e o Doutoramento.

A internacionalização é também um objetivo importante e que tem sido perseguido através da participação em redes internacionais e programas conjuntos de investigação, bem como na criação de incentivos para ajudar os seus investigadores a aumentar o número de publicações em revistas internacionais de reconhecido mérito.

A AUTORA

Maria Sousa GALITO

ISEG - School of Economics & Management/CESA, Universidade de Lisboa, Portugal.
Investigadora Integrada do CEsA/CSG (Centro de Estudos sobre África, Ásia e América Latina,
do Consórcio CSG - Investigação em Ciências Sociais e Gestão) do ISEG/UL.

CONTEÚDOS

INTRODUÇÃO	4
1.AS ORIGENS DE UM POVO TÊM IMPLICAÇÕES POLÍTICAS.....	5
1.1.CONFLITOS E MIGRAÇÕES.....	5
1.2. SISTEMA TRIPARTIDO	7
1.3.QUEDA DA MONARQUIA E IMPLANTAÇÃO DA REPÚBLICA.....	11
1.4.TENSÕES NO SEIO DA REPÚBLICA.....	14
2.POPULISMO.....	18
2.1.TRIBUNOS DA PLEBE	18
2.2.TRIBUNOS, PLEBEUS E A TRÍADE DO AVENTINO.....	21
2.2.FENÓMENOS DE GRUPO	23
2.3.POPULISMO E O FINAL DA REPÚBLICA.....	25
CONCLUSÃO	29
BIBLIOGRAFIA.....	31

INTRODUÇÃO

O artigo de investigação estuda as origens dos romanos, para testar a hipótese do populismo ser consequência de um contexto de rivalidade acirrada. A primeira parte não se centra apenas no povo que impunha política expansionista na sua região estratégica. Estuda o modelo de integração das elites vizinhas no Estado romano e investiga se a falha deste sistema pode ter contribuído para a queda da Monarquia.

A segunda parte é complementar e avalia porque é que a República deixou de funcionar. Testa a hipótese da sociedade romana dos sécs. II e I a.C. ser elitista, oligárquica e populista, ou seja, que não eram apenas os membros do partido *popular* que manipulavam as multidões, mas também os *optimates*; e que estas perspetivas divergentes, sobre como Roma devia organizar-se, deixaram de conviver pacificamente, dando lugar a guerras civis que só terminaram com o Principado de Augusto.

Do ponto de vista metodológico, recorreu-se a bibliografia secundária. Consultaram-se livros e artigos científicos, alguns dos quais disponíveis *online*. Utilizaram-se traduções em inglês e castelhano das fontes históricas originalmente redigidas em latim. As demais traduções foram asseguradas pela autora deste artigo.

1. AS ORIGENS DE UM POVO TÊM IMPLICAÇÕES POLÍTICAS

1.1. CONFLITOS E MIGRAÇÕES

Tito Lívio reconhece que as origens de Roma foram embelezadas pelos poetas, o que dificulta a tarefa dos historiadores.² Mas não deixa de reportar as aventuras de Eneias e Antenor, supostamente poupados pelos aqueus graças a laços de hospitalidade, por terem sido sempre defensores da paz e da devolução de Helena³.

Dares da Frígia, alegado autor da *História da Queda de Troia*, confessa a traição de Antenor e seus aliados, que desafiaram a autoridade do rei Príamo para entregar a cidade aos invasores, em troca de proteção. Eneias sobreviveu ao massacre por ser um dos conjurados mas, ao tentar salvar Políxena que Antenor queria entregar a Neoptólemo para sacrificar no túmulo do pai, foi expulso de Troia. Se os aqueus regressaram a casa, Eneias partiu para o exílio na frota usada por (Páris) Alexandre para raptar Helena.⁴

Tito Lívio admite que as aventuras de Antenor e Eneias foram diferentes mas, na sua versão, o primeiro velejou para “zona mais distante do Adriático” e fundou uma nova Troia cujo nome se “estendeu aos arredores”. Eneias separou-se do grupo, “tornou-se num vagabundo” e fez uma incursão contra o rei Latino mas, numa reviravolta do destino, estabeleceu com ele uma aliança familiar e fundou a cidade de Lavínio. Transcorreram trinta anos até à colonização de Alba Longa, após a qual se estabeleceu a paz “com o rio Tíbre

² Tito Lívio, *História de Roma*, I, 1.

³ *Id. Ibid.*: 1.1.

⁴ Dares da Frígia, *História da Queda de Troia*, 39-44.

como fronteira entre etruscos e latinos”⁵.

Portanto, a tradição faz referência a um berço civilizacional (mítico Ílion) destruído por invasão externa. Os vencidos, que escaparam à destruição, tentaram fundar colónias da cidade perdida. Um destes grupos conseguiu vingar no Lácio, ao aliar-se aos latinos, “mas com crescimento demasiado rápido para a segurança dos seus vizinhos”⁶, razão pela qual Alba Longa brotou num contexto de grandes batalhas.

Se as lendas possuírem fundo de verdade, aludem a uma pressão migratória de leste para ocidente. Na tentativa de testar esta hipótese, faz-se pesquisa arqueológica na Toscana, desde o século XVIII, como parte integrante do entusiasmo pela cultura etrusca. A cidade de Cartona até reclama Dardânio (herói fundador de Troia) como seu criador.⁷ Também foram efetuados estudos genéticos na região; por exemplo, por cientistas dos EUA e da Grã-Bretanha, em 2004 e 2006, que admitiram origem etrusca para os toscanos, e encontraram padrão genético comum entre os etruscos e as populações da Ásia Menor⁸. Existem versões complementares⁹ ou alternativas¹⁰, mas não podemos esquecer a componente política do

⁵ Tito Lívio, História de Roma, I, 1.1-1.3.

⁶ Tito Lívio, História de Roma, I, 1.1-1.3.

⁷ Forte, 2008: 29.

⁸ «Dentro dos limites impostos pelas amostras, os sítios etruscos parecem ter características genéticas homogéneas. Os seus haplótipos mitocondriais são muito parecidos, mas raramente idênticos, aos comumente observados na Itália contemporânea e sugerem ligações entre os Etruscos e a região leste do Mediterrâneo, onde estão associados em parte com trocas genéticas e não apenas culturais.» (Barbujani *et al.*, 2004: 703)

⁹ «Podemos considerar que os Tyrsênoi, que se tornaram etruscos de Itália, viveram na costa sul do mar da Marmara, no Helesponto e em Troas. Pesquisa arqueológica pode agora concentrar-se a estudar possíveis ligações com a cultura Proto-Villanova. Em especial no âmbito da religião, o estudo dos textos hititas e o que conhecemos da Ásia Menor ocidental pode trazer novas perspectivas. (...) o que é relevante, tanto para a história dos Etruscos, como da Ásia Menor ocidental. Esta visão é definitivamente confirmada pelo facto de Homero mencionar Pelagos na Troas que falam (uma forma) de etrusco. (...)» (Beekes, 2003: 49)

¹⁰ «A origem dos etruscos nunca foi consensual, nem na Antiguidade, nem nos dias de hoje. Geralmente admite-se população descendente das migrações indo-europeias que trouxeram os Úmbrios, os Oscanos, os latinos e os Faliscanos para a península italiana; ou provenientes da Ásia Menor, no final da Era do Bronze por volta de 1200 a.C. ou no início da Era do Ferro entre 750-675 a.C.» (Woudhuizen, 2002/03: 55-56).

tratamento deste material¹¹.

Posto isto, admite-se que os romanos possuem algum tipo de relação com os etruscos provenientes da Ásia Menor e que, até prova em contrário, descendem dos troianos. Nalgum momento houve um processo de cisão entre dois grupos, um dos quais tentou vingar na região do Lácio.

1.2 SISTEMA TRIPARTIDO

Conta a tradição que Eneias mandou erguer Lavínio, mas foi o filho Ascânio quem fundou Alba Longa. A lista dos reis albanos é conhecida: Sívio, Eneias Sívio e Latino Sívio (este fundou várias colónias, cujos habitantes eram os *prisci latini*), Alba, Atis, Cápis, Capeto, Tiberino (que, ao afogar-se, deu nome ao rio), Agripa, Rómulo Sívio, Aventino (com santuário numa colina romana) e Proca. A relação violenta dos filhos deste último deu origem à lenda de Roma. Ao que parece, Numitor subiu ao trono, mas o irmão expulsou-o das muralhas depois de lhe matar os filhos e de fazer da sobrinha uma virgem vestal. Mas Sílvia Reia, antes de falecer, deu à luz Rómulo e Remo. Estes, quando cresceram, fizeram justiça pelas próprias mãos, assassinaram o usurpador e recolocaram o avô no trono. Os gémeos não ficaram em Alba Longa, partiram para edificar nova cidade, no local onde haviam sido abandonados, mas levaram com eles as marcas da violência e Roma nasceu do fratricídio.¹² Roma começou por ter cem *Patres* ou chefes das Gens patrícias¹³. Mas o corpo de elite de

¹¹ «Nós vimos que a questão da origem civilizacional carrega consigo implicações políticas e nacionalistas, que requerem uma discussão sobre fronteiras nacionais atuais, fatores políticos e económicos, e direitos dessa civilização à riqueza arqueológica e, talvez mais do que isso, à identidade do povo que hoje descende dessa civilização. Ao colocar a questão das origens etruscas em relação ao território local, queremos definir a natureza da civilização etrusca no contexto das nações políticas que deram origem a essa cultura nacional.» (Fonte, 2008: 50)

¹² Tito Lívio, HR, I, 1.3-1.7.

¹³ *Id. Ibid.*: 1.8.

Rómulo haveria de contar com trezentos *celerēs*¹⁴.

Da lista de reis de Alba Longa, três nomes saltam à vista: Ascânio (Júlio?¹⁵), Amúlio (Emílio?¹⁶) e Agripa. Emília e Júlia eram Gens patrícias romanas, com líderes famosos durante a República, tais como o triúmviro Marco Emílio Lépido e o ditador Gaio Júlio César. Agripa será prenome ou terá dado lugar a uma família? A Gens de Marco Vipsânio Agripa era Vipsânia, mas ele era certamente ávido de glória e entrou nos anais de História enquanto aliado de Augusto (adotado por um Júlio).

Os reis de Roma terão sido Rómulo (latino), Numa Pompílio (sabino), Tulo Hostílio (latino), Anco Márcio (sabino), Tarquínio Prisco (etrusco), Sérvio Túlio (latino ou etrusco?) e Tarquínio Soberbo (etrusco). Sabe-se que a avó paterna de César era uma Márcia e que Cícero era um Túlio. Não será descabido enquadrar a forte rivalidade entre ambos neste contexto, sem esquecer que César era patrício de uma família em decadência e Cícero era um homem novo com ambições de ascendência social.

Os romanos tiveram sete monarcas de ascendência latina¹⁷, sabina¹⁸ ou etrusca;¹⁹ talvez porque a cidade mais antiga estava dividida em três tribos. Os Ramnenses descendiam

¹⁴ *Id. Ibid.*: 1.15.

¹⁵ «Ascânio é frequentemente chamado *Iulo*, nome que permitia à família romana dos *Iulii* considerá-lo seu antepassado.» (Grimal, 1992: 49); «Não vou discutir a questão (pois quem pode falar com certeza sobre questão de tanta antiguidade?) se o homem a quem a casa Júlia recama, sob o nome de Júlio, seu fundador, era este Ascânio ou outro mais antigo do que este, nascido de Creúsa, enquanto Ílion ainda estava intacta e depois da sua queda compartilhou a fortuna do seu pai (Eneias).» (*Id. Ibid.*: I.1.3)

¹⁶ Lúcio Emílio Paulo «(...) a sua raça era semelhante aos deuses e ele estava relacionado com os senhores dos céus através dos seus ancestrais. Através de Amúlio, o fundador da sua linhagem, ele podia seguir por Assáraco e deste até Júpiter.» (Sílio Itálico, Púnica, 8.295-8.300)

¹⁷ Os romanos teriam ascendência latina. «Os primeiros daquele assentamento eram Latinos e pertenciam ao conjunto de povos latino-faliscos de invasores indo-europeus que, no decurso dos grandes movimentos migratórios do centro da Europa e dos Balcãs desde o séc. XII a.C. se haviam estabelecido em Itália e viviam da pecuária e, em parte, da agricultura.» (Alföldi, 2012: 27)

¹⁸ O rapto das sabinas das cidades de *Caenina*, *Antemnae* e *Crustumerium* fazia parte da tradição romana. (Tito Lívio, HR, I, 1.9)

¹⁹ «(...) a comunidade urbana de Roma organizou-se sob domínio etrusco e à imagem etrusca: até o seu nome deriva de uma estirpe etrusca (Ruma).» (Alföldi, 2012: 27)

de Rómulo (rei dos latinos), os Ticienses de Tito Tácio (rei dos sabinos) e os Lúceres de Lucumo (rei dos etruscos)²⁰.

A tríade sociopolítica era também religiosa (cf. Tabela 1). O Capitólio celebrava a Júpiter (pai), a Marte (filho) e a Quirino (espírito coletivo dos romanos), o que parece estar relacionado com a ideologia das três funções (real/governar, guerreira/conquistar, produtiva/fecundar)²¹ e com a existência dos três flâmines maiores – *Dialis* (Júpiter), *Martialis* (Marte) e *Quirinalis* (Quirino)²² – talvez uma versão arcaica do culto posterior à sagrada família (Júpiter, Juno e Minerva). O Aventino brindava a Ceres, Liber e Libera²³. No Palatino havia a gruta do Lupercal²⁴, onde supostamente os gémeos Rómulo e Remo foram amamentados pela loba (*Acca Larentia*). Os deuses do altar doméstico também eram três (os Lares, os Manes e os Penates) e protegiam a família romana no contexto da sua vida em comunidade.²⁵

²⁰ Varro, *De língua Latina*, 5.55

²¹ Dumézil, 1970: 161-162.

²² «Quirino pode não ser o deus de cada *curia* ou das suas *curiales*, mas o deus de toda a *curiate*, do povo em geral, encarado não como um *moles* indistinto, mas com as suas divisões fundamentais. Outra palavra, inseparável destas, teve uma grande carreira: Quirites, de *couirites*, o nome específico dos romanos, do ponto de vista da sua organização civil e política. (...) Quirinus como associado ao plural *Virites* (...) Portanto, abaixo do celestial, real e altamente sagrado Júpiter e do guerreiro Marte, o velho deus *Quirinus* parece ter sido o patrono do povo romano e, através dele ou do seu flâmine, ao serviço de divindades especializadas, estaria particularmente atento ao abastecimento de grão aos romanos.» (*Id. Ibid.*: 161)

²³ Varro, *De língua Latina*, 6.14-6.15 e Ermatinger, 2015: 639.

²⁴ A gruta chamava-se Lupercal e ficava situada no sopé do Palatino. «Diz-se que a festa da Lupercália, que se mantém observando, já se celebrava naqueles dias na colina do Palatino.» (Tito Lívio, *História de Roma*, I, 1.5). «É importante observar que a Lupercalia era uma cerimónia peculiar da comunidade do Palatino.» (Tennant, 1988: 88-89)

²⁵ «Estava, pois, firmada nos sentimentos religiosos dos romanos, que se sentiam protegidos pelos deuses Manes, *Lares* e *Penates*, e pensavam que o dono da casa tinha seu *genius* tutelar e a esposa era protegida por Juno. Estabelecendo um vínculo afetivo entre os membros de uma família, a *pietas* alargava-se à divindade e acabava por compreender também as suas relações com o Estado. Então a sua abrangência abarcava tanto as relações com os pais, amigos ou concidadãos, quanto a atitude correta em relação ao divino. A piedade funcionava como uma justiça distributiva, regendo as obrigações dos homens para com os deuses.» (Bustamante, 2014: 111)

Tabela 1: Tríades Romanas

Tribos Romanas	Grupos Étnicos	Culto Doméstico	Capitólio	Palatino	Aventino
Ramnenses	Latinos	Lares	Júpiter	<i>Acca Larentia</i>	Ceres
Ticienses	Sabinos	Mares	Marte	Rómulo	<i>Liber</i>
Lúceres	Etruscos	Penates	Quirino	Remo	<i>Libera</i>

Fonte: Autora

Com base na tradição, Rómulo colocou as suas estacas no Palatino e Remo no Aventino.²⁶ O Palatino albergava os patrícios e ricos de Roma. O Aventino estava associado aos rituais religiosos dos ‘plebeus’. Admite-se que o primeiro ditador plebeu (Gaio Márcio Rutílio) derrotou os etruscos em 356 a.C. e, nesse monte, instalou os habitantes de *Politorium*.²⁷

Resumindo, Roma foi uma das cidades fundadas após processo migratório de leste e do ajustamento geopolítico subsequente, que pode ter sido longo. **28** O projeto inicial terá resultado da necessidade de sobrevivência de um pequeno grupo de pessoas ou de famílias mas, ao consolidar-se, afirmou-se na sua área de influência. Uma vez que Roma tinha três tribos e todas elas deram reis à cidade, é possível que o processo de conquista tenha negociado a rendição das elites vizinhas pois, ao invés de as destruir, convidou-as a viver sob a proteção de um Estado aglutinador²⁹. À medida que Roma foi conquistando mais território, a tríade sociopolítica deixou de fazer sentido, mas o seu caráter simbólico manteve-se

²⁶ Tito Lívio, História de Roma, I, 1.6.

²⁷ Dumézil, 1970: 8.

²⁸ Com base na tradição, Roma foi fundada por Rómulo em 753 a.C. Mas «O relato sobre a fundação de Roma por Rómulo é tão anti-histórico como a data estabelecida por Varrão nos finais da República para este acontecimento, que na nossa cronologia equivaleria ao ano de 753 a.C. O início daquele assentamento na colina do Palatino, a que pertenceu uma necrópole situada no que seria mais tarde o *Forum Romanum*, e que pode ser considerado o cerne do desenvolvimento histórico posterior de Roma, remonta pelo menos a essa época e pode ser estendida ao séc. XII a.C.» (Alföldi: 2012: 26-27)

²⁹ «O Estado romano tornou-se tão forte que era um bom partido para qualquer dos seus vizinhos na guerra (...)» (Tito Lívio, HR, Livro I, 1.9).

associado à religião por ainda muito tempo.

1.3. QUEDA DA MONARQUIA E IMPLANTAÇÃO DA REPÚBLICA

O sistema social tripartido, com dez cúrias por cada tribo, para um total de trinta cúrias patrícias, tornou-se obsoleto e a sua reforma, de acordo com as fontes, foi realizada ainda durante a Monarquia romana. É atribuída a Sérvio Túlio.³⁰ Este rei era etrusco, latino ou sabino? Esta questão pode ser importante, pois só houve um rei após o facto consumado.

Admitindo a história contada por Tito Lívio, Sérvio Túlio era filho de uma cativa, que se tornou cativa do rei Tarquínio Prisco, portanto, admite-se que não seria de origem etrusca. Os Túlios eram patrícios de Alba Longa³¹ mas ele podia ser filho do rei de Cornículo.³² Em qualquer destes casos teria origem latina, talvez por que lhe guardavam boa memória, ao contrário dos Tarquínios.

As fontes admitem que a política externa de Sérvio Túlio foi bem-sucedida³³ e que o seu governo pode ter sido determinante na afirmação regional de Roma³⁴. Mas organizou pela primeira vez um censo, em que a população foi dividida em classes com “distintos graus de dignidade e fortuna”³⁵. O choque cultural que daí adveio produziu efeitos, talvez não

³⁰ O protagonista da reforma teria sido o rei Sérvio Túlio, mas o que acabou expulso da cidade foi Tarquínio Soberbo. «Do mesmo modo que Numa (Pompílio) foi o autor das leis religiosas e das instituições, assim a posteridade recorda Sérvio (Túlio) como o fundador das divisões e classes do Estado que supuseram uma clara distinção entre diferentes graus de dignidade e fortuna.» (Tito Lívio, HR, Livro I, 1.42)

³¹ *Id. Ibid.*: 1.30.

³² *Id. Ibid.*: 1-39.

³³ «Sérvio consolidou o seu poder, tanto pelos seus favores privados, como pelas suas decisões públicas. (...) na guerra, a coragem e a boa fortuna de Túlio foram evidentes e regressou a Roma, depois de derrotar a uma imensa força inimiga, sentindo-se bastante firme no trono e seguro da boa vontade dos patrícios e da plebe.» (*Id. Ibid.*)

³⁴ De acordo com a tradição, Sérvio Túlio foi rei de Roma de 578-534 a.C. «Há consenso sobre Roma ser consideravelmente menos próspera do que as cidades etruscas vizinhas antes de 575 a.C., apesar do tráfego comercial entre *Faletii* e *Caere*, da qual há evidência cerâmica (...)» (Dumézil, 1970: 12)

³⁵ Tito Lívio, HR, Livro I, 1.42.

imediatos, mas duradouros, pois todos os que não eram considerados cidadãos de “primeira classe” consideraram-se discriminados numa sociedade cujo poder máximo estava concentrado nas mãos de um só homem.

A Monarquia romana possuía uma assembleia popular.³⁶ No entanto, havia grande competição entre os candidatos ao trono³⁷ ou insatisfação contra a ascensão da elite estrangeira³⁸ em Roma; o que contribuiu para a sua queda. O que é que isto quer dizer? Supostamente, os romanos revoltaram-se contra a realeza mas a República foi declarada, talvez menos por uma revolução e mais por um golpe de Estado³⁹, atendendo a que as instituições se mantiveram mais ou menos estáveis no período de transição; ou não teria acabado com Sêrvio Túlio “toda a monarquia justa e legítima”⁴⁰ (o que significa que os cidadãos reconheciam qualidades ao penúltimo dos seus reis e que este não teria sido o único a demonstrá-las), nem Augusto conseguiria concentrar novamente o poder num só homem, séculos mais tarde, ainda que sob designação diferente.

Aqueles que incitaram à expulsão de Tarquínio Soberbo, mulher e filhos, lutaram

³⁶ Roma «Já na sua primeira monarquia mantém uma assembleia popular, com alguma função legislativa, os comícios por cúrias (*Comitia Curiata*), embora composta de uma minoria, a nobreza de sangue.» (Tabosa, 1981: 41)

³⁷ «(...) anunciou-se como Lúcio Tarquínio Prisco. O facto de ser um estrangeiro e rico, ganhou notoriedade e a aumentou a sua sorte que a fortuna lhe proporcionou por ter uma conduta cortês, ser hospitaleiro e agir com bondade (...) prontamente ganhou a confiança do rei e se fez tão popular que era consultado tanto em assuntos de Estado como em assuntos privados, de paz e de guerra. (...) Foi o primeiro que se candidatou à coroa e fez discurso para assegurar o interesse da plebe. (...) o povo romano com entusiasta unanimidade o elegeu rei.» (*Id. Ibid.*: 1.34-1.35)

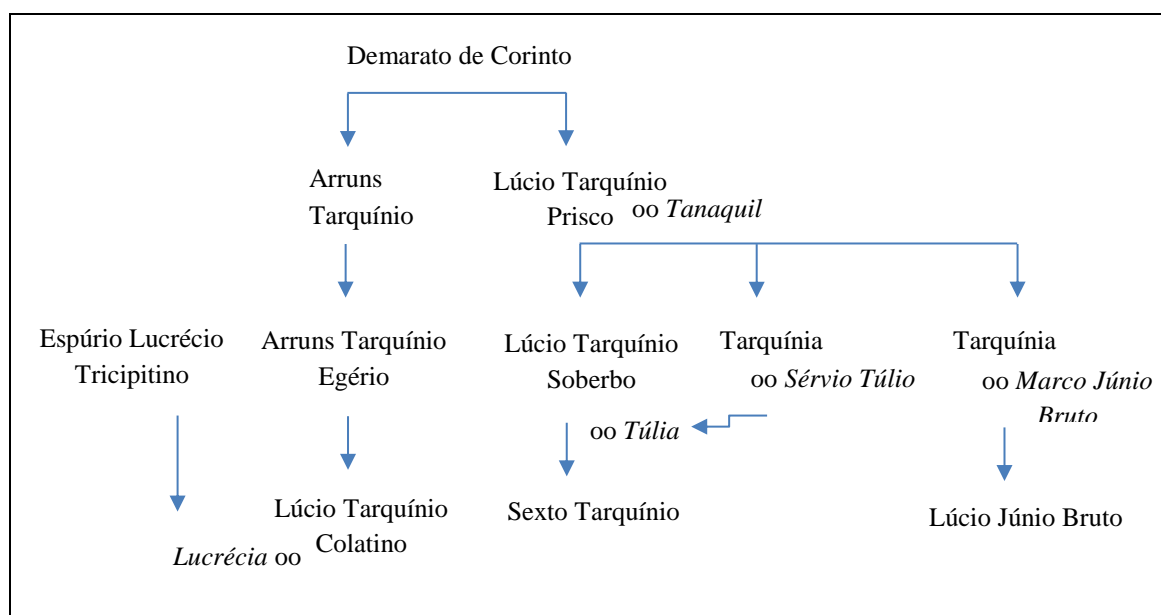
³⁸ «Quando Tarquínio (Prisco) levava trinta e cinco anos no trono, Sêrvio Túlio era estimado, muito acima de qualquer outro (...) os filhos de Anco (Márcio) sempre se tinham sentido privados do trono de seu pai, pela traição do seu tutor; um estrangeiro que nem sequer era de origem italiana e muito menos romana, o que aumentava a sua indignação, (em especial) quando perceberam que nem depois de Tarquínio a coroa voltaria para eles e podia ser entregue a um escravo.» (Tito Lívio, HR, Livro I, 1.40)

³⁹ «Como a participação do povo no governo de Roma, logo após a queda da primeira monarquia, foi apenas da classe patrícia e da elite económica, compondo as assembleias, integrando o Senado e exercendo as magistraturas, a República Romana foi, primeiramente aristocrática. O movimento, que provocara a mudança do governo ficou à superfície, atingindo apenas a direção política. Foi mais um golpe de Estado do que uma revolução.» (Tabosa, 1981: 40)

⁴⁰ «Sêrvio Túlio reinou quarenta e quatro anos e, até um sucessor sábio e bom, teria tido dificuldade em ocupar o trono como ele o havia feito. A glória do seu mandato foi ainda maior porque com ele pereceu, em Roma, toda a Monarquia justa e legítima.» (Tito Lívio, HR, Livro I, 1.48)

contra uma ‘tirania’⁴¹ etrusca de vinte e cinco anos (de grupo opressor ou minoritário?) mas optaram por uma certa *continuidade*, pois elegeram dois cônsules pela assembleia das centúrias, de acordo com as regras do rei Sérvio Túlio, um dos quais era Tarquínio⁴².

Figura 1: Árvore Genealógica



Fonte: Autora

A revolta foi contra o domínio etrusco em Roma ou contra a Monarquia? A questão divide opiniões⁴³. Antes de mais foi uma querela familiar (cf. Figura 1). O último rei (Tarquínio Soberbo) assassinou o tio (Sexto Túlio) para lhe suceder no trono e o filho (Sexto

⁴¹ «O Conselho dedicou todo o dia a discutir muitos assuntos. Turno Herdónio, de Arícia, fez um feroz ataque contra o ausente Tarquínio. Não é de estranhar, disse, que em Roma se lhe tivesse sido atribuído o epíteto de ‘tirano’ (pois assim lhe chamava regularmente o povo, embora em voz baixa). Podia algo melhor demonstrar que ele era tirano, do que o modo como tratava a nação latina?» (*Id. Ibid.*: 1.50)

⁴² Os primeiros cônsules de Roma foram Lúcio Júnio Bruto e Lúcio Tarquínio Colatino. (*Id. Ibid.*: 1.60).

⁴³ «A expulsão do rei Tarquínio, a nosso ver, não obedeceu a fronteiras étnicas, de uma rebelião de Romanos contra os Etruscos (...) que viviam na cidade e gozavam de grande prestígio. Tito Lívio apresenta um grande conflito que teria ocorrido depois da queda do rei. Este teria procurado construir alianças para invadir Roma e retomar o poder. (...) Se considerarmos, seguindo Tácito (*História*, 3.72) e Plínio *o velho* (*História Natural* 34.139) que os romanos foram derrotados por Porsena e aceitaram termos de paz desvantajosos, e que a batalha de Lago Regilio foi uma virada neste equilíbrio que desfavorecia Roma, a chave de leitura, então, passa a ser não um conflito étnico (Romanos x Etruscos) ou de formas de governo (monarquistas x republicanos), mas de disputa entre elites pela hegemonia do Lácio.» (Faversani e Joly, 2015: 106)

Tarquínio) estuprou a mulher (Lucrecia) de um primo (Lúcio Tarquínio Colatino). Bruto e Colatino, que pertenciam à casa real, foram mais vingadores do que libertadores; puniram um crime de honra, agiram por motivos de índole privada, apesar de se terem armado em heróis de uma causa pública.

Portanto, após duzentos e quarenta e quatro anos de Monarquia, a República foi implantada por elites que não conseguiam salvaguardar os seus interesses no sistema anterior. O Estado reclamava por mais liberdade⁴⁴, mas para assegurar uma maior rotatividade do poder que garantisse a paz interna, não para mudar radicalmente as regras do jogo. O que resultou sobretudo do conflito entre elites abriu um precedente. Os instigadores da revolta perderam o controlo à situação e, paulatinamente, abriram portas a um novo paradigma da governação.

1.4. TENSÕES NO SEIO DA REPÚBLICA

O Senado, depauperado pela “crueldade assassina do rei Tarquínio Soberbo”⁴⁵ tinha poucos *patres* (patrícios) após o golpe de Estado. Foram escolhidos novos membros e estes eram *conscripti* (plebeus nobres) pelo que passou a haver trezentos *patres conscripti*.

A República romana não era democrática, era oligárquica⁴⁶. O *cursus honorum* era uma escada subida pelos cidadãos, ao longo da vida, mas a expectativa de governar não era para

⁴⁴ Tito Lívio, HR, Livro I, 1. 48.

⁴⁵ *Id. Ibid.*: 2.1.

⁴⁶ As XII Tábuas: «(...) que elas tenham sido criadas, não por exigência da plebe, mas sim por iniciativa da aristocracia confrontada com turbulências sociais, com a finalidade primária de estabilizar o *status quo* para melhor sustentar a sua predominância, reforçando códigos de conduta social uniforme, restringindo a formação desregrada de normas costumeiras, julgamentos imprevisíveis e fortalecendo direitos patrimoniais, essenciais para a prosperidade da oligarquia. A pretensa neutralidade do Direito positivado, ficção que afasta a realidade da classe dominante como criadora do Direito, faz dele o instrumento ideal para legitimar e mesmo aumentar o poder da elite (...)» (Menezes, 2012: 60-61)

todos. O consulado era especialmente cobiçado, ainda que fosse uma forma partilhada e temporária de poder, assegurada por dois homens por ano que, numa primeira instância, eram apenas patrícios. Depois os ‘plebeus’ exigiram direitos⁴⁷ e garantias iguais e as portas foram-se abrindo, até atingirem o topo da hierarquia. Mas quem eram exatamente estes ‘plebeus’? Pobres? *Capite sensi*? Equestres? Comerciantes? Artífices? As fontes históricas não satisfazem completamente as dúvidas, pois foram redigidas muito depois dos acontecimentos que narram.⁴⁸ Mas as classes mais baixas dificilmente aspiravam a cargos altos do Estado numa sociedade onde havia pouca mobilidade social.

Portanto, as tensões sociais contribuíram para a queda da Monarquia e para a implantação da República. Mas resultaram da luta entre patrícios e plebeus (ricos e pobres naturais da cidade)? Ou da querela entre classes elevadas (patrícios romanos e guerreiros de outras cidades, alguns dos quais estrangeiros, que não tinham conquistado os romanos pelas armas e agora entravam no Senado para dominar, por dentro (qual cavalo de Troia), a urbe mais poderosa da vizinhança?⁴⁹ A expansão de Roma resultou da forte rivalidade entre

⁴⁷ «A instituição do tribunato da plebe está no cerne da disputa entre a plebe e o patriciado. A caracterização de tal disputa e a definição da origem das duas ordens é um indispensável ponto de partida para a compreensão do instituto; trata-se de uma questão de particular controvérsia. Não há consenso sobre quando tal separação se teria iniciado. A data tradicionalmente utilizada como marco do início do conflito entre as ordens – 494 a.C., ano em que ocorreu a primeira *secessio plebis* – obviamente denota um ápice de tensões sociais que há tempos se acumulavam.» (Menezes, 2012: 12)

⁴⁸ «O estudo da origem do conflito das ordens é especialmente dificultado (...) Os historiadores de eras posteriores não tinham dimensão de como teria sido a organização social da Roma de dois séculos antes, não questionaram, por exemplo, que não eram estática a composição da população romana (...) Subsistiam relatos das principais conquistas da plebe e registos de como haviam sido alcançados, sem grandes elucidações sobre as causas de cada evento (...)» (*Id. Ibid.*: 12-13)

⁴⁹ «Assim, os primórdios da República são marcados por dois conflitos interligados. Um deles, para dentro da cidade, relacionado com ‘lutas da plebe’ de 494 a 287 a.C. Seu início é marcado exatamente por uma secessão da plebe (...) deixando claro o peso do elemento militar envolvido na disputa. Este peso se deve a outro conflito, que envolve a constituição da República Romana, e tem a ver com a expansão do poder da cidade e da própria cidadania, um longo processo que levou Roma a ser o Estado dominante na Península Itálica. À medida que novos territórios eram ligados a Roma, novas pessoas (ou mais propriamente famílias) passavam a fazer parte da cidade e de seu governo, no momento em que adquiriam a cidadania romana ou aspiravam a ela (...)» (Faversani e Joly, 2015: 104)

guerreiros e estes eram latifundiários e nobres⁵⁰. Uns eram naturais de Roma. Outros perderam estatuto⁵¹ com a queda da Monarquia.⁵² Os albanos⁵³ e sabinos⁵⁴ foram obtendo cidadania romana.

Segundo Tito Lívio, Alba Longa, a cidade líder da Liga Latina, teria sido conquistada pelo rei Tulo Hostílio. Mas os latinos mantiveram uma aliança de trinta cidades⁵⁵ de relações com os Hérnicos (de origem sabina),⁵⁶ em “estado de guerra permanente”⁵⁷ com os romanos, até perderem autonomia por volta de 338 a.C. Com o fim deste conflito, mais famílias de cidades vizinhas foram integradas em Roma.⁵⁸

Em meados do séc. III a.C. Roma dividia-se em trinta e cinco tribos, quatro urbanas,

⁵⁰ «Assim é difícil de explicar o processo de expansão de um povo como os Romanos, de *ethos* militarista e belicoso, que irresistivelmente conquistava outros povos. Este processo, desde os seus primórdios, talvez se explique melhor se dirigido por interesses conflituosos e bastante instáveis de diversas aristocracias. Estas aristocracias, que dirigiam comunidades políticas mais ou menos autónomas, podiam aliar-se a outras aristocracias ou ainda entrar em guerra com aquelas que, ainda há pouco, eram suas aliadas. (...) Não teria existido, portanto, desde o princípio, uma centralidade inequívoca de Roma.» (*Id. Ibid.*: 105)

⁵¹ «Seis tribos sérvias têm nomes que não constam dos *Fasti* dos magistrados republicanos: Camilia, Galeria, Lemonia, Pollia, Pupinia e Voltinia.» (Palmer, 1940: 142)

⁵² Os descendentes dos reis de Roma tornaram-se plebeus durante a República: Gens Pompília (Numa Pompílio), Hostília (Tulo Hostílio), Márcia (Anco Márcio), Túlia (Sérvio Túlio). Perdeu-se o rasto aos Tarquínios após a Monarquia.

⁵³ Tito Lívio lista as Gens da cidade de Alba Longa: Tullii (Túlia), Servilii (Servília), Quinctii (Quincía), Gaganii (Gagânia), Curiatii (Curiácia) e Cloelii (Cloélia). (Tito Lívio, HR, I. 1.30)

⁵⁴ As Gens Cláudia e os Fábii eram patrícias de origem sabina.

⁵⁵ Alba Longa (líder), Ardea, Aricia, Bovillae, Bubentum, Cora, Carventum, Circeii, Corioli, Corbio, Cabum, Fortinea, Gabii, Laurentum, Lanuvium, Lavinium, Labici, Nomentum, Norba, Praeneste, Penum, Querquetula, Satricum, Seaptia, Setia, Tibur, Tusculum, Tolerium, Tellenae, Velitrae. (Dioniso de Halicarnasso, *Antiguidades Romanas*, V. 61)

⁵⁶ Confederação de tribos sabinas, com Alétrio, Ferentino, Píglis e Verulas.

⁵⁷ «Em muitas ocasiões, portanto, outras comunidades, que não Roma, ficavam à frente dos exércitos (...) Parece importante estar atento às diferentes temporalidades imbricadas na formação da Liga Latina (...) Ainda que a Liga Latina não tenha sido estabelecida pelo *foedus Cassianum* e mesmo que a Liga não representasse uma unidade clara e permanente, podemos dizer que ela foi muito ativa no período que sucede à assinatura do acordo entre Roma e as demais cidades latinas. Na primeira metade do séc. V a.C., os latinos enfrentaram, de forma articulada, uma série de ameaças que os colocou praticamente em estado constante de guerra. Aqui se enquadra a aliança com os Hérnicos (...) Eles correspondem a uma aliança de estados de origem sabina, independentes, que se uniu aos Latinos em 486 a.C.» (Faversani e Joly, 2015: 109-110)

⁵⁸ «(...) a Liga Latina deixa de existir quando, praticamente todos os homens livres, possuíam cidadania romana (com as obrigações tributárias e serviços militares correspondentes, mesmo que a administração local das cidades continuasse existindo (...)) As guerras traziam botins, mais terra, mais poder, mais glória e, eventualmente, mais aristocrata para o interior do Estado Romano.» (Faversani e Joly, 2015: 123).

e trinta e uma rurais,⁵⁹ que desenvolviam atividades num contexto de elevada crispação entre líderes e grupos partidários. Levando em consideração que todos os anos se organizavam novas eleições, o ambiente era de perpétua campanha eleitoral, o que o tornava ainda mais volátil e competitivo.

As guerras púnicas levaram Roma ao limite e, embora a cidade tenha vencido o desafio, o seu paradigma sociopolítico mudou⁶⁰. As famílias que contribuíam para o exército registaram muitas baixas. Também por causa das doenças e da elevada mortalidade infantil, a renovação geracional das elites diminuiu. Ao mesmo tempo que as não-elites exigiam maior intervenção política.

A questão tornou-se premente com os irmãos Graco e sobretudo no séc. I a.C. com o eclodir das guerras civis. A agenda popular, baseada na reforma agrária e na distribuição de grão gratuito (ou a baixo custo) aos desfavorecidos, causou maior impacto após as reformas militares de Gaio Mário, com o recrutamento massivo das classes baixas, mais fiéis aos seus comandantes do que ao Estado, ganhando poder coletivo nos escrutínios.

As elites, mesmo num sistema assimétrico que as favorecia, tinham de provar o seu valor. Cada nobre tinha de assegurar a sua entrada no Senado, pois não a herdava; precisava ser eleito para os cargos mais elevados e marcar território (e sabe-se que a vida não começou

⁵⁹ Tribos urbanas: *Collina, Esquilina, Palatina* e *Suburana*. Tribos rurais: *Aemilia, Aniensis, Arnensis, Camilia, Claudia, Clustumina, Cornelia, Fabia, Falerna, Galeria, Horatia, Lemonia, Maecia, Menenia, Oufentina, Papiria, Poblilia, Pollia, Pomptina, Pupinia, Quirina, Romilia, Sabatina, Scaptia, Sergia, Stellatina, Teretina, Tromentina, Velina, Voltinia, Voturia* (Taylor, 1960).

⁶⁰ «Em termos gerais, o papel do exército no final da República e a sua evolução para o Principado não pode ser subestimado. A fortuna de parte da *plebe urbana*, em especial a *plebe frumentaria*, também estava a aumentar ao longo do tempo. Os salários reais dos trabalhadores especializados elevavam-se, o subsidiar de parte alargada das necessidades calóricas dos indivíduos deve ter melhorado os níveis de vida e as organizações destes grupos nos *vici* e às vezes nos *collegia* deram-lhes base sólida para fazer exigências políticas. A cidade duplicou em tamanho, neste período, o que causou sobrepopulação, proletarização de grande grupos, o eclodir de doenças e violência.» (Logghe, 2016: 313)

facilitada para Sula, Catilina e César)⁶¹. Portanto, foi com desespero que os conservadores se aperceberam cada vez mais dependentes do voto popular. Em contrapartida, este enquadramento favoreceu os ambiciosos, ou com menos poder à partida, que cheiraram a oportunidade de velar pelas suas conveniências. Numa República um pouco mais democrática⁶², o populismo aumentou.

2. POPULISMO

2.1. TRIBUNOS DA PLEBE

O tribunato da plebe era anual e colegial, foi criado para defender os ‘plebeus’ dos abusos dos patrícios por volta de 494 a.C. e transformou-se num trampolim para voos mais altos⁶³. Não fazia parte do *cursus honorum* normal⁶⁴. Os magistrados eram eleitos a 10 de

⁶¹ «O estatuto social e o prestígio dos senadores não era hereditário. Para permanecer na elite senatorial e certamente para se manter membro da nobreza, os romanos da classe superior tinham constantemente de provar o seu valor; e regularmente assegurar a sua eleição para as magistraturas mais altas, de garantir comandos militares e demonstrar o seu serviço para com a *res publica* de outras formas. A pertença à elite estava intrinsecamente ligada à política.» (Vanderbroeck, 1987: 18-19)

⁶² A lei Hortênsia de 287 a.C. admitia que as resoluções aprovadas no Concílio da Plebe (plebiscito) adquirissem força de lei e se aplicassem a todos os cidadãos sem requerer a aprovação do senado romano. «O *Populus Romanus* tinha um papel importante a desempenhar no processo de decisão, em Roma, no final da República. (...) Desde a *lex Hortensia* de 287 a.C. (...) a opinião popular e a sua pressão tinham grande influência na tomada de decisão do governo romano. A balança de poder tinha gradualmente mudado, pelo que no final da República, os membros dos principais grupos censitários já não dominavam as assembleias. As *tribunes* rurais tinham-se transferido para Roma, trazendo consigo os seus registos rurais, o que alterou o equilíbrio nas assembleias tribais, pelo que o voto da não-elite já contava. (Earley, 2009: 356)

⁶³ «O tribunato da plebe era uma magistratura muito peculiar na Antiguidade que, pelo que sabemos, não tinha qualquer paralelo noutras cidades-Estado. Cícero compara os *tribuni plebis* aos *ephors* da clássica Esparta mas, embora haja similitudes (sobretudo na fiscalização do poder superior), também há muitas diferenças e nenhuma relação. Há uma origem relativamente clara dos tribunos, que associa a sua criação à primeira *secessio plebis* em 494 a.C. a um voto da plebe para proteger os seus novos magistrados, a *lex Sacrata*. (...) figuram na ‘luta de ordens’ entre a *plebe* e os patrícios. (...) O *legibus* de Cícero é um longo debate sobre a inutilidade do tribunato, enquanto Plutarco teoriza sobre se os tribunos eram magistrados.» (Logghe, 2016: 1)

⁶⁴ «O sistema político da República Romana era baseado numa cidade-Estado, o que implica a existência de três níveis de administração: oficiais executivos (magistrados), um concelho (o Senado) e um corpo legislativo (assembleia popular e havia duas em Roma). Começando pelos magistrados, a classificação do

dezembro, em escrutínios presididos por outros tribunos (e não por cônsules). Eram regularmente membros do Senado⁶⁵, tinham poder de veto e eram sacrossantos.⁶⁶ Podiam convocar a população (*ius agendi cum plebis*), mandar reunir a *curia tributa* para promulgar leis e intervir na ordem pública (*coercitio*). A sua *potestas* era válida em Roma ou, no máximo, à distância de uma milha do *pomerium*, mas não possuíam *imperium*. Tinham idades entre os 20 e os 50 anos, embora a média fosse os 34 anos⁶⁷.

O número anual destes oradores aumentou com o tempo; bem como a sua fama e capacidade de influência, pois participavam no confronto entre “a *auctoritas* senatorial e a *libertas* popular, tema recorrente do final da República.”⁶⁸

Os tribunos não podiam ser patrícios, mas a importância estratégica deste cargo tornou-se de tal forma evidente que, no séc. I a.C., alguns patrícios abdicaram do estatuto social que tinham, para serem adotados por plebeus e se candidatarem a eleições como *caudilhos do povo*. Disso foram exemplos Públio Cláudio/Clódio Pulcro e Públio Cornélio Dolabela).

Alguns tribunos eram bem-intencionados (talvez como os irmãos Graco⁶⁹). Muitos

topo para a base durante o fim da República era a seguinte: cônsul (dois, anual, administração geral, comando militar), pretor (oito, anual, organização e introdução à jurisdição, substitutos dos cônsules), edil (quatro, anual, obras públicas, supervisão dos mercados, organização dos jogos) e questor (vinte, anual, administração fiscal). Estas magistraturas pertenciam ao *cursus honorum*, a carreira honrada que um romano devia concluir se desejasse ser um dos cidadãos mais proeminentes. Para além do que estas magistraturas permitiam o acesso ao Senado.» (Vanderbroeck, 1987: 16)

⁶⁵ «Os tribunos eram membros regulares do Senado, e através da *lex Atinia* de metade do séc. II a.C. eles automaticamente tornavam-se senadores depois de desempenharem o cargo.» (Logghe, 2016: 6)

⁶⁶ «Esta *lex sacrata*, que seria consubstanciada em lei em 471 a.C. era a fonte última do poder tribunício, pois importava uma obrigação por parte dos plebeus de defesa da pessoa do tribuno até mesmo com o sacrifício de suas vidas; tal garantia conferiu eficácia política ao instituto do tribunato.» (Menezes, 2012: 24-25)

⁶⁷ Logghe, 2016: 4.

⁶⁸ Earley, 2009: 29

⁶⁹ «(...) havia homens como Tibério e Gaio Graco que pareciam agir de forma mais altruísta; estes seriam os ‘verdadeiros’ *popularis*, políticos que ofereciam ao povo, tanto assistência material, como uma ideologia baseada na garantia do Estado partilhar poder com o povo e que a *libertas* popular não era ultrapassada pela *auctoritas* senatorial.» (Earley, 2009: 155-156).

eram corruptos e desobedientes às normas ou costumes e defendiam projetos de lei que os favoreciam, aos amigos e aos patronos⁷⁰.

Os tribunos da plebe (ao contrário dos questores, edis, pretores e cônsules) não eram necessariamente nobres ou ricos. Mas se não fossem, eram clientes de altos magistrados. Por exemplo, Saturnino era equestre, endividado, e tinha Gaio Mário como patrono.

Os tribunos da plebe esforçavam-se cada vez mais para seduzir o povo com brilharetes de oratória, usavam o povo como a uma marionete e tudo faziam para levar a sua avante. Como conseguiam agitar as multidões, à revelia do Senado⁷¹, contribuíam para a tensão social; Cícero chegou a considerar o cargo nascido na sedição e para causar sedição.⁷² Mas ao lutar contra interesses instalados, os tribunos da plebe também se expunham à ira alheia, alguns demasiado, tornando-se vítimas perfeitas dos acontecimentos.⁷³

A forma mais contundente de travar a reivindicação tribunicia era aplicar o *senatus*

⁷⁰ A sociedade romana era clientelista. Cada patrono tinha a sua lista de clientes. Este tipo de relações de solidariedade e poder até estava representada na arte (retratos) da época: «Obviamente, quanto mais importância se atribui ao uso de muita clientela pelos membros da elite governante, na erosão do Estado romano no final da República romana, mais significância se confere a estes retratos, uma vez que desempenhavam papel relevante na construção, definição e sustentação efetiva destas relações, à custa da ligação dos romanos ao Estado em si.» (Tanner, 2000: 49)

⁷¹ «O tribunato, no início, parece ter sido criado com o propósito de proteger pessoas fora da classe patricia de maus-tratos às mãos de magistrados patricios. No início era um instrumento político que não parecia oferecer perigo (...) depois passou a ser um cargo que providenciava liderança organizada aos membros das classes inferiores. Este *potestas* tribunicio dos novos líderes, gradualmente assumiu a substância de uma magistratura livre das restrições de consultar o senado, passou a instigar reforma política e a eliminar, por sua iniciativa, obstáculos que bloqueassem o seu progresso.» (Austin, 1927: 38-39)

⁷² «(...) *in seditione et ad seditionem nata sit.*» (Cícero, De Legibus, III.19) «(Q) Oh, meu irmão, falas de um grande mal; pois desde que o ofício dos tribunos da plebe foi estabelecido, que a autoridade dos nobres declinou e a regra da turba ganhou força. (...)» (Cícero, 1842: 146) e «(Q) Imploro pelo teu perdão, meu irmão, mas eu particularmente quero saber a tua opinião sobre os tribunos. A mim, parece-me extremamente enganador, ao mesmo tempo filho e pai de sedição que nunca mais acaba.» (*Id. Ibid.*: 148)

⁷³ Alguns dos principais tribunos da plebe foram assassinados: Tibério Semprônio Graco (o irmão Gaio fugiu para o Aventino antes de morrer junto ao Tibre; supostamente suicidou-se antes de cair às mãos dos inimigos, mas estava sob perseguição e pode ter sido capturado), Lúcio Apuleio Saturnino, Marco Lívio Druso, Públio Sulpício Rufo e Públio Clódio Pulcro. «A partir dos Gracos, o assassinato de um tribuno, para o Senado, passou a ser considerado um mal menor do que permitir a continuada existência de um reformador que tanto apoio popular havia obtido que decerto objetivava se fazer coroar rei de Roma: a mais comum acusação contra agitadores na República.» (Menezes, 2012: 37)

consultum ultimum, que decretava medidas de exceção em defesa da *res publica*. A primeira vez que isso aconteceu levaria à morte de Gaio Graco e seus seguidores⁷⁴.

2.2. TRIBUNOS, PLEBEUS E A TRÍADE DO AVENTINO

Os primeiros tribunos e edis plebeus assumiram funções no ano da dedicação do templo de Ceres no Aventino. A questão é importante, porque a plebe jurou proteger os seus tribunos perante a deusa da tríade (cf. Tabela 1) e quem os maltratasse seria considerado maldito (*sacer*)⁷⁵. A *sacrosanctitas* dos tribunos nem sempre foi respeitada. Após a morte de Tibério Graco, os livros sibílinos tiveram de ser consultados e estes aconselharam os cônsules a fazerem oferendas a Ceres para apaziguarem a sua ira.⁷⁶

Os ‘plebeus’ estavam associados ao Aventino. No séc. II a.C. refugiaram-se nesta colina alguns dos apoiantes de Gaio Graco.⁷⁷ O monte já acolhera a segunda secessão da plebe (449 a.C.)⁷⁸ que exigia a eleição de tribunos da plebe (cargo criado durante a primeira secessão em 494 a.C.) e o regresso da *libertas*; mesmo levando em consideração que «Lívio fala da *libertas plebis*, como “liberdade de”, e não “liberdade para”; a função do tribuno deveria ser defender, não atacar.»⁷⁹.

A *libertas da plebe* era apenas uma reivindicação política? A ‘plebe’ queria ser livre para festejar, para beber vinho, para celebrar a sua cultura? Para além de Ceres, os outros dois elementos da tríade do Aventino, eram *Liber* e *Libera*. O primeiro era possivelmente o deus

⁷⁴ *Id. Ibid.*: 70.

⁷⁵ Menezes, 2012: 24-25.

⁷⁶ *Id. Ibid.*: 38.

⁷⁷ Earney, 2009: 122.

⁷⁸ Austin, 1927: 6

⁷⁹ Menezes, 2012: 29.

da fertilidade, mas Ovídio também lhe chama *Liber Pater*⁸⁰. A segunda era a sua equivalente feminina, ou a companheira de aventuras no tempo das vindimas, pois os dois estavam de alguma forma relacionados com o vinho e o seu consumo. O que justifica a correspondência entre *Liber* e o deus grego Dioniso⁸¹. A Bacanália era considerada uma festa popular e estrangeira, que conferia grande liberdade aos seus praticantes, incluindo às mulheres e, talvez por isso, era acusada de corromper os costumes (tradicionais dos latinos). Teria entrado em Roma por influência etrusca⁸².

Havia talvez uma concentração de etruscos no Aventino; pelo menos desde os tempos de Gaio Márcio Rútílio, no séc. IV a.C. Pode conjecturar-se se esta ocupação era anterior; desde os tempos da Monarquia ou até mais cedo. Assim sendo, a competição entre o Palatino e o Aventino, e a tão grande hostilidade dos ‘patrícios’ em relação aos ‘plebeus’, ou vice-versa, poderia justificar-se num contexto de rutura entre dois grupos; talvez desde os tempos dos Tarquínios, que teriam usurpado o poder ou abusado do regime político existente em Roma; ou recordando a teoria do primeiro capítulo, sobre os companheiros de Encias e os etruscos terem ascendência semelhante (troiana ou da Ásia Menor), que a lenda fraticida de Roma sobre gémeos, separados por dois montes, em que Rómulo havia matado a Remo, fosse uma alusão à rivalidade entre dois povos com o mesmo berço. É apenas uma hipótese.

Os romanos preferiam associar-se aos latinos, admitindo que a guerra entre as

⁸⁰ Musial, 2013: 98.

⁸¹ «A 17 de março celebrava-se o festival da Liberalia em Roma. O nome do festival geralmente pensa-se associado ao deus Liber, considerado o equivalente romano de Dioniso. Mas as fontes não são conclusivas e é impossível afirmar definitivamente se o festival recebeu o nome desse deus ou talvez da toga *libera*, que os jovens romanos supostamente receberiam nesse dia, ou da deusa Libertas, ou de Jove com o cognome de Liber.» (*Id. Ibid.*: 95)

⁸² Tito Lívio, História de Roma, 39.8-9.

muralhas sérvias e Alba Longa é que tinha sido uma ‘guerra civil’.⁸³ Seja como for, parecia haver grande necessidade de *libertas* dos ‘plebeus’ que se rebelavam a partir do Aventino e eles conseguiam unir-se regularmente para reivindicar direitos, até que foram obtendo vitórias e conquistando poder interno.

Lúcio Icílio, tribuno da plebe de 456 a.C. foi o primeiro a dirigir-se ao Senado, ao propor a divisão dos terrenos do Aventino entre os plebeus, para que estes pudessem construir casas naquela zona (“um tipo de redistribuição fundiária com paralelos à *lex agraria* de Tibério Graco”), mas também pode ter resultado de uma iniciativa unilateral de ocupação pública de terras⁸⁴. Neste caso, a ocupação de terras públicas seria uma forma de demonstração de descontentamento popular e de aplicação do resultado dos plebiscitos no princípio do séc. V a.C., antes da legalização da *lex sacratae*⁸⁵. Não admira que a ‘plebe’, enquanto força coletiva de apropriação de território, assustasse a elite.

2.2. FENÓMENOS DE GRUPO

Os tribunos da plebe criavam fenómenos de grupo, através de duas assembleias populares. A *comitia centuriata* elegia os mais altos magistrados, e deliberava sobre a paz e a guerra. A *comitia tributa* decidia sobre a maior parte da legislação e escolhia os magistrados menores, incluindo os tribunos da plebe.

Quem eram os eleitores? Cidadãos romanos livres (ou libertos) do sexo masculino. O *populus* era dividido em grupos do censo, de acordo com a riqueza e posse de propriedades; categorias que, por si só, limitavam a participação do cidadão comum na vida pública e

⁸³ *Id. Ibid.*: I, 1.23.

⁸⁴ Earley, 2009: 260.

⁸⁵ *Id. Ibid.*

bloqueava a ascensão dos pobres à magistratura⁸⁶.

Havia o grupo dos cavaleiros que, na falta de melhor termo, eram a classe média romana. Podiam dedicar-se ao comércio. Muitos emprestavam dinheiro a juros elevados. Grande parte deles integrava as fileiras do exército ou entrava para a administração pública. Os *publicani* eram os cobradores de impostos e lucravam das taxas aplicadas nas províncias romanas. Usavam um anel que os distinguiu e precisavam fazer prova de um rendimento mínimo de 400.000 sestércios; o que correspondia a cerca de 800 vezes o rendimento anual de uma família de camponeses⁸⁷.

Como se escolhiam os candidatos? O voto era coletivo (e não individual, como acontecia em Atenas) e a elite conseguia facilmente manipular este sistema. Para contrariar a tendência, surgiram leis anticorrupção e, no final do séc. II a.C., o voto deixou de ser oral e tornou-se secreto.

A pressão aumentou, portanto. Como havia eleições todos os anos e não dominava o interesse geral, as campanhas políticas minavam constantemente um Estado que já rebentava pelas costuras.

Lúcio Cornélio Sula tentou controlar os tribunos e a plebe, ao aplicar um extensivo programa legislativo e judicial após novembro de 82 a.C. Também limitou a influência dos equestres, por exemplo, ao impedi-los de serem júris nos tribunais, pois atribuiu esse dever cívico apenas aos senadores; talvez para resolver uma disputa que contribuía, direta ou indiretamente, para a guerra de 91 a.C.⁸⁸ Muitas das medidas levadas a efeito por este ditador

⁸⁶ *Id. Ibid.*: 45.

⁸⁷ Vanderbroeck, 1987: 19.

⁸⁸ Cf. Steel, 2014.

foram revertidas após a sua morte.

Sinal dos tempos? Os mais moralistas queixavam-se da falta de valores⁸⁹ de uma sociedade conflituosa que vivia das glórias passadas e da necessidade imperativa de obter mais vitórias no presente. Por causa das guerras no estrangeiro, da fome e das pestes, do orgulho ferido e da rivalidade, a paciência era pouca. Em consequência, criavam-se novos fenómenos de grupo, que cresciam em onda para se tornarem perigosos, soprados por ventos de discursos inflamados, promessas de mundos e fundos, e soluções fáceis que convencessem o povo, mesmo aquando ilusórias ou produzissem alterações rápidas que nunca agradavam a todos.

No final da República, Roma estava fortemente dividida (também fruto do bipartidarismo) e, cada vez mais por questões de sobrevivência, *optimates* e populares resvalavam igualmente para o populismo. A plebe parecia ser instrumentalizada num XII Scripta jogado pelas elites no tabuleiro do fórum. O que começou por causar distúrbios, confusão e agitação social, e eventualmente deu lugar à guerra civil.

2.3. POPULISMO E O FINAL DA REPÚBLICA

Se tanto os *optimates* quanto os *populares* eram populistas, qual das fações venceu a luta de poderes em Roma? Não é fácil responder a esta pergunta. A propaganda dominava o ambiente político da época e as fontes históricas que chegaram até nós não são neutras, pelo

⁸⁹ «Nos últimos anos a riqueza levou à avareza; e o desejo ilimitado pelo prazer criou nos homens uma paixão em arruinar-se a si mesmos e a todos os demais através da autoindulgência e da libertinagem.» (Tito Lívio, História de Roma, Prefácio)

contrário, algumas são profundamente tendenciosas e subjetivas⁹⁰.

Muitos protagonistas do séc. II-I a.C. contribuíram, com os seus excessos, para a queda da República. Todos os tribunos da plebe assassinados desde os tempos de Tibério Graco foram, de alguma forma, acusados de minar o regime político em que viviam. Após o primeiro consulado de César, os mais conhecidos eram talvez Clódio⁹¹ e Marco António⁹² – dois dos principais partidários de César e inimigos de Cícero.

Cícero era um *optimatus*. Foi um dos maiores populistas de Roma e os seus discursos, tais como as Catilinárias e as Filípicas, são disso exemplo, atendendo a que não eram moderados nem respeitadores do sistema instaurado como o seu autor os considerava. Enquanto cônsul, aplicou o *senatus consultum ultimum* com medidas excecionais ao sistema em vigor (ele diferenciava ideologicamente o Estado do seu governo)⁹³ que permitiam condenar cidadãos à morte, embora tal não fosse permitido por lei. Em defesa da República, admitia a

⁹⁰ Exemplo de influência das fontes tendenciosas e da propaganda na construção atual do perfil de Marco António. «Plutarco parece inclinar-se positivamente para António, embora esteja consciente das suas influências negativas e destruidoras. A atitude de Apiano é positiva, pois António ainda era uma figura popular em Alexandria. Dio Cássio parece muito distante dos tempos republicanos e de António enquanto pessoa; ele prosperou sob o imperialismo e tinha de aceitá-lo. (...) Não podemos escapar à influência das Filípicas de Cícero. Não é possível evitar mencionar constantemente a Cícero e as suas difamações contra António e das reações deste último contra elas. (...) Ataques viciosos provêm dos poetas augustinos como Propértio e Horácio. Virgílio era um moderado e só criticava António indiretamente ao citar eventos históricos ou mitológicos e ao invocar virtudes romanas.» (Hahn, 2008: 85)

⁹¹ «O fim da República está relativamente associado à guerra civil entre César e Pompeu. Todavia, o impacto de Clódio no Senado durante a ausência de César foi central para a queda da República e a ascensão do Império. Num paradoxo político bizarro, o sacrilégio de Clódio durante a *Bona Dea* conduziu-o ao poder. Foi a disponibilidade de Clódio em ser ‘marioneta’ de César que lhe deu instrumentos para atacar Cícero. Sem a ajuda de Clódio, os adversários políticos de César podiam ter conseguido dar fim prematuro às tendências de César para a ditadura.» (Yoshida, 2008: 7)

⁹² Marco António: «Para atingir os seus propósitos ele usava do charme e da crueldade. (...) O poder, se usado prudentemente, granjeava popularidade que, em troca, podia levar a uma vida de folia e de moral duvidosa. António era constantemente criticado por causa do seu círculo de amigos, das suas bebedeiras e das suas bravias. Os anos de António durante o Primeiro Triunvirato foram dominados pela rivalidade entre Pompeu e César e o comportamento rebelde dos tribunos rivais, Clódio e Milo, com um Senado indefeso na retaguarda. (...) e as suas amizades com César, Clódio e Cúrio, os seus casamentos com Fúlvia e Octávia e, mais tarde, o seu ‘escandaloso’ encantamento pela rainha do Egipto que o levou a adotar um estilo de vida oriental. António encontrava-se numa situação difícil após os idos de março de 44 a.C.. Ele sentia-se atraído pelo desejo de poder e de vingança, e pela população em alvoroço.» (Hahn, 2008: 86)

⁹³ Swain, 2014: 6.

aplicação da pena capital a conjurados (como Catilina) e a tiranos/ditadores (supostamente como César);⁹⁴ ele temia a força do povo numa República; e propôs atribuições fora do comum ao filho adotivo de César, como se aquele jovem fosse um salvador da pátria; excessos que o futuro Augusto aproveitou para abrir as portas de Roma ao Principado. Se admitirmos este raciocínio, Cícero foi um dos que mais minou o regime político que afirmava proteger⁹⁵.

César era um *popular*. Foi eleito pontífice máximo e cônsul antes de vencer os Gauleses, o único povo que ousara invadir Roma, com a carga simbólica que tal feito acarreta. Mas sob as ameaças de Catão e reprimendas de Cícero, atravessou o rubicão para não ser condenado à morte como Catilina. Foi o vencedor da guerra civil contra Pompeu e os seus partidários (49-45 a.C.). Foi assassinado em 44 a.C. por ter granjeado o título de ditador vitalício – obtido por volta da Lupercália desse ano e mantido até aos Idos de Março (15) data da sua morte; ou à Liberalia (17) o dia do seu enterro⁹⁶, pelo que apenas por um mês. Mas foi o suficiente para, no rescaldo dos acontecimentos, Marco António proibir a Ditadura (*Lex Antonia de dictatura in perpetuum tolenda* de 44 a.C.)⁹⁷.

O futuro Augusto apresentou-se em público como homónimo do pai, desde a leitura

⁹⁴ *Id. Ibid.*: 10.

⁹⁵ «Cícero contribuiu para o fim da República Romana pelo amor que nutria pelo louvor e pela sua indisponibilidade para incorrer em atividade militar. Fontes antigas como Plutarco e Apiano concordam que Cícero possuía grande poder no Senado no período entre 44 e 43 a.C., pouco antes da queda da República. Através das Filípicas de Cícero, redigidas entre 44 e 43 a.C., Cícero não só elogiou Octaviano como um salvador da República, como propôs que ele se tornasse propretor e adquirisse comando militar, e até sugeriu que ele fosse cônsul antes da idade legal. Depois da morte de dois cônsules em 43 a.C. desde as batalhas de Mutina, Octaviano era o único comandante militar das forças que se mantinham vivas e o consulado estava aberto para ele. Plutarco, Apiano e Dio Cássio concordam que Cícero fez um acordo com Octaviano para partilharem o consulado. Cícero depois ajudou Octaviano a tornar-se cônsul. Octaviano eventualmente usou esse poder para derrubar a República e matar Cícero, com (a ajuda de) António e Lépido, os outros dois membros do segundo triunvirato que governava Roma.» (Swain, 2014: 99)

⁹⁶ «É indisputado que 17 de março de 44 a.C. resulta unanimemente dos relatos antigos de Nicolau de Damasco, Suetónio, Plutarco, Apiano e Cássio Dio como a data histórica da data da cerimónia do funeral de Júlio César.» (Carotta e Eickenberg, 2011: 448).

⁹⁷ Kalyvas, 2007: 414.

do testamento em 44 a.C. Mas ele era um *popularis*? Ele seduziu, ao mesmo tempo, a elite senatorial⁹⁸ e os *optimates* liderados por Cícero, e aproveitou-se do apoio dos partidários de César (os veteranos das suas guerras e a plebe urbana)⁹⁹ descontentes com os excessos de António e a menor liderança de Lépido (mas formou com estes dois o segundo Triunvirato, tal como o pai adotivo participara no Primeiro Triunvirato com Crasso e Pompeu). Para ter mais seguidores, alegou ser líder que agia pelo “bem da República” e possuía as qualidades de um *Princeps Senatus*¹⁰⁰ e, quando se declarou vencedor da guerra civil, fundou o Principado, um regime liderado pelo homem mais importante do Senado. Mas foi ele, e não o pai, quem de facto terminou com a República em Roma em 27 a.C.

Ainda no contexto da tríade do Aventino, não deixa de ser curioso que o Principado tenha sido consolidado por uma equipa de três plebeus: Augusto (filho biológico de um Octávio de família equestre da cidade volsca de Velitras, antes de ser patrício por adoção de César), Agripa (nome de um rei de Alba Longa) e Gaio Cílnio Mecenas (a Gens *Cilnia* pertencia à casa real de *Arrentium* e era etrusca)¹⁰¹.

Augusto conseguiu a proeza de acabar com as guerras civis. Neste novo contexto, o populismo tradicional tinha dificuldade em vingar, ainda que a propaganda de Estado grassasse à vontade, sob a batuta de poetas como Horácio e Virgílio, que invocavam Eneias e os primórdios de Roma, como supostos indicadores de um passado de glória que os seus

⁹⁸ Augusto e as suas «(...) benfeitorias atribuídas à elite senatorial, para reforço da sua preeminência na cena política romana, para manter os suportes de dominação dessa elite.» (Giacomo, 2014: 108)

⁹⁹ «(...) essas benfeitorias do príncipe devem ser vistas no plano político, pois ele sabia a força que os veteranos e a plebe urbana tinham, e como esses setores foram importantes para o seu estabelecimento na cena política romana após a morte de César, visto serem os pilares de sustentação do antigo ditador e terem exercido um papel de grande importância nos eventos após os Idos de março e representarem uma grande ameaça à estabilidade do Principado e à segurança de Roma e do próprio príncipe.» (*Id. Ibid.*)

¹⁰⁰ «Augusto trouxe algumas camadas sociais para a sua causa, ou seja, o bem da República, assim se afastando de uma visão de ocupação do poder de uma forma tirânica, mas se aproximando do que Cícero dizia serem as qualidades de um *princeps*.» (*Id. Ibid.*)

¹⁰¹ Tito Lívio, História de Roma, X. 3.

descendentes voltavam a afirmar ou conseguiam enfim consolidar.

Resumindo, Augusto estabilizou o sistema político, o que contribuiu magistralmente para a perceção generalizada (talvez ilusória mas eficaz) do povo do império viver em *pax romana*, ou seja, em paz, em segurança e em prosperidade¹⁰². Há muitas formas de fazer populismo.

CONCLUSÃO

Os romanos eram propensos à dissidência; desde as lendas de Eneias à fundação de Roma, mas também à competição pelo trono de uma cidade que alastrava pela vizinhança, com base num sistema tripartido (político, social e religioso) que não conseguiu impedir os abusos da Monarquia. O próprio golpe contra o rei Tarquínio Soberbo brotou da vã cobiça e glória de mandar, e foi uma vingança familiar que virou golpe de Estado; porque a verdadeira revolução nos costumes deu-se no final das guerras púnicas com a ajuda interessada das elites, mas através da manipulação das massas, em grande medida, levada a cabo pelos tribunos da plebe (desde Tibério Graco a Marco António) e seus patronos.

A administração do Estado foi sendo reformada pela força dos acontecimentos, até de forma violenta porque, nos sécs. II-I a.C., o sistema tornou-se insuficiente para controlar o populismo que propagava num clima de perpétua campanha eleitoral e, cujos extremismos (de retórica, ideológicos ou programáticos) abriam portas a sucessivas invasões do *pomerium*

¹⁰² «As representações poéticas e teatrais de Augusto como (o homem) destinado a ser o salvador de Roma trouxeram uma imagem de grandeza e confiança aos romanos. O povo via Augusto como um protetor divino e uma figura paternal que ecoava a imagem de Saturno a presidir sobre os povos latinos. Através dos seus feitos e uso de simbolismo carregado de emoção, Augusto conseguiu transformar em realidade a Era Dourada de que falava Virgílio, pelo menos aos olhos de quem beneficiava dela.» (Browser, 2013: 52)

e a guerras civis que só terminariam com o Principado.

Foi após um banho de sangue que o onnipotente *Princeps Senatus* se reinventou com novo nome (Augusto), recorrendo a propaganda de amplo alcance popular para convencer os povos que conquistara, inclusivamente os romanos, que era o salvador da pátria e que seria o garante da *pax romana*. As elites foram compradas com favores e regalias; mas a solução oferecida não era perfeita e alguns nobres engoliram menos a afronta (houve golpes como, por exemplo, do filho do triúmviro Lépido que foi condenado à morte por supostamente ter atentado contra a vida de Augusto).

Conclui-se que os extremismos provocaram um mar de sofrimento nos romanos, sem esquecer que o populismo foi uma arma de arremesso que fez chorar a República e contribuiu para a sua queda. Mas também foi um dos instrumentos que Augusto utilizou na sua ascensão ao poder e que mais contribuíram para a mudança de regime. Fica o aviso.

BIBLIOGRAFIA

- ALFÖLDY, Géza (2012). *Nueva Historia Social de Roma*. (Traducción de Juan M. Abascal) Sevilla : Universidad de Sevilla.
- AUSTIN, Helen A. (1927). “The Plebeian Tribunate: a History of Political Development”, Boston University, Thesis, pp. 1-39.
- BARBUJANI, Guido *et al.* (2004). “The Etruscans: A Population-Genetic Study”. *American Journal of Human Genetics*, 74 (4), pp. 694-704.
- BEEKES, R. S. (2003). “The Origin of the Etruscans”. *Koninklijke Nederlandse Akademie van Wetenschappen*, pp. 1-59.
- BROWSER, Mathew J. (2013). “The Golden Age of Rome: Augustus’ Program to Better the Roman Empire”. University of Pittsburgh, Graduate Faculty of the Dietrich School of Arts and Sciences, Thesis, pp. 1-54.
- BUSTAMANTE, Regina (2014). “Lemuria: Apaziguando os Mortos Malfazejos na Roma Antiga”. *Phoînix*, 20-2, pp. 109-128.
- CAROTTA, Francesco e EICKENBERG, Arne (2011). “Liberalia tu accusas! Restituting the Ancient Date of Caesar’s Funnus”. *Revue des Études Anciennes*, 113 (2), pp. 447-467.
- CICERO (1842). *Treatise on the Laws*. (Vol II, Translated by Francis Barham). London: Edmund Spettigue.
- DARES THE PHRYGIAN, “The Fall of Troy, A History” In *The Trojan War – The Chronicles of Dictys of Crete and Dares the Phrygian*. (Translation by R. M. Frazer Jr.). Bloomington: Indiana University Press. URL: <http://www.theoi.com/Text/DaresPhrygius.html> (accessed at 13/05/2017)
- DIONISO DE HALICARNASSO (1940). *Roman Antiquities* (Vol. III, translated by Earnest Cary). Cambridge MA: Harvard University Press.
- DUMÉZIL (1970). *Archaic Roman Religion with an Appendix on the Religion of the Etruscans*. (Vol. I, translated by Philip Krapp) Chicago: The University of Chicago.
- EARNEY, Claudine L. (2009). “Popular Political Participation in the Late Roman Republic”. Victoria University of Wellington, Thesis, pp. 1-417.
- ERMANTINGER, James W. (2015). *The World of Ancient Rome: a Daily Life Encyclopedia*. Santa Barbara: Greenwood – ABC-Clio.
- FAVERSANI, Fábio e JOLY, Fábio D. (2015). “Da Liga Latina ao Saque de Roma” In BRANDÃO, José L. e OLIVEIRA, Francisco de (Coord.). *História de Roma Antiga: Das Origens à Morte de César*. (Vol. I). Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, pp. 103-125.
- FORTE, Valeria (2008). “Archaeology and Nationalism – The Trojan Legend in Etruria”. University of Texas, Thesis, pp. 1-63.

- GAICOMO, Luiz H. (2014). “A Face Republicana da Ação Política de Augusto: um Estudo de Caso, a *Res Gestae Divi Augusti*”. *Mare Nostrum*, N.º 5, pp. 95-123.
- GRIMAL, Pierre (1992). *Dicionário de Mitologia Grega e Romana*. Lisboa: Diefel.
- HAHN, Brita B. von (2008). “The Characterization of Mark Antony”. University of South Africa, Thesis, pp. 1-102.
- KALYVAS, Andreas (2007). “The Tyranny of Dictatorship: When the Greek Tyrant Met the Roman Dictator”. *Political Theory*, Vol. 35, N.º 4, August, pp. 412-442.
- LOGGHE, Loonis (2016). “The Tribuni Plebis and the End of the Roman Republic”. Universiteit Gent, Faculteit Letteren & Wijsbegeerte, Thesis, pp. 1-346.
- MENEZES, Princilla (2012). “A Origem e Evolução do Tribunato da Plebe na Reforma Republicana”. *Pontifícia – Universidade Católica do Rio de Janeiro*, Departamento de Direito, Tese, pp. 1-86.
- MUSIAL, Danuta (2013). “Divinities of the Roman Liberalia”. *Przegląd Humanistyczny*, 2, pp. 95-100.
- PALMER, (1970). *The Archaic Community of the Romans*. Cambridge: Cambridge University Press.
- TABOSA, Agerson (1981). *Da Representação Política na Antiguidade Clássica*. Fortaleza: Universidade Federal do Ceará.
- TANNER, Jeremy (2000). “Portraits, Power, and Patronage in the Late Roman Republic”. *The Journal of Roman Studies*, Vol. 90, pp. 18-50.
- TAYLOR, Lilly R. (1960). *The Voting Districts of the Roman Republic*. Rome: The American Academy in Rome.
- TENNANT, P. M. (1988). “The Lupercalia and the Romulus Remus Legend”. *Acta Classica*, XXXI, pp. 81-93.
- TITO LÍVIO (2011). “Historia de Roma desde su Fundación – Libros I a X” (Traducción del inglés de Bruce J. Butterfield al castellano por Antonio D. Sánchez). *Historico Digital*, pp. 1-420. URL: <http://historicodigital.com/download/tito%20livio%20i.pdf> (acesso a 13/05/2017)
- TITUS LIVIUS (1936). *The History of Rome*. Cambridge MA: Harvard University Press. (Translated by Evan T. Sage). In *Perseus Digital Library*. URL: <http://www.perseus.tufts.edu/> (accessed 18/05/2017)
- SILIUS ITALICUS (1961). *Punica*. (Vol I, translated by J. D. Buff) Cambridge MA: Harvard University Press.
- STEEL, C. (2014). “Rethinking Sulla: the case of the Roman Senate”. *Classical Quarterly*, 64 (2), pp. 657-668.
- SWAIN, Edward J. (2014). “Cícero’s Role in the Fall of the Roman Republic”. Faculty of San Diego State University, Thesis, pp. 1-106.

VANDEBROECK, Paul (1987). *Popular Leadership and Collective Behavior in the Late Roman Republic (ca. 80-50 BC)*. Amsterdam: J.C. Gieben Publisher

VARRO (1938). *On The Latin Language*. (Vol I, translated by Roland G. Kent) Cambridge MA: Harvard University Press.

WOUDHUIZEN, Fred C. (2002-2003). “Etruscan Origins”. *Talanta*, XXXIV-XXXV, pp. 55-70.

YOSHIDA, La’akea (2008). “Clodius Pulcher: Caesar’s Willing Puppet The Bona Dea Affair and Its Effect on Cicero and the Fall of the Republic”. *Hobonui: A Journal of Academic Writing*, Vol. 6, pp. 3-8.